



EdUFF



Estado e Historiografia no Brasil

Organização:
Sônia Regina de Mendonça

ESTADO E HISTORIOGRAFIA NO BRASIL

BONIA REGINA DE MENDONÇA (Org.)



EdUFF



FAPERJ
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Niterói, 2006

Prof.ª Carla Luciani

ESTADO E HEGEMONIA NO BRASIL: ALGUNS COMENTÁRIOS SOBRE DIFICULDADES CONCEITUAIS

Virgínia Fontes¹

Um dos desafios permanentes no campo do marxismo é não apenas compreender teoricamente o que é o Estado, mas analisar as transformações do Estado capitalista, como evidenciado nas diferentes conexões que as diversas frações das classes dominantes nele estabelecem, assim como seu papel ativo no convencimento das grandes massas populares. Muitos atribuem parte dessas dificuldades à inexistência de uma reflexão mais sistematizada de Marx sobre as formas da organização do Estado. De fato, o tema jamais constituiu um eixo exclusivo das análises marxianas, embora não se deva esquecer que o texto clássico de F. Engels, a *Origem da família, da propriedade privada e do Estado* contém algumas das balizas importantes para a análise da organização do poder de classe. A questão se encontra nitidamente delineada em Marx e atravessa de forma difusa boa parte de sua obra.

De qualquer forma, não se trata de solicitar aos autores clássicos que “resolvam” nossas dificuldades e desafios. A relação mais criativa – e a mais rigorosa – com a teoria é aquela que aprende a pensar o conjunto das questões que envolvem cada tema; que ao dominar o aparelho conceitual de um autor, não se limita a repeti-lo, mas averigua a pertinência de sua reflexão, aprofundando-a através da análise rigorosa das relações conceituais internas e dos processos de formação e reconfiguração dos estados ao longo da história.

Para pensarmos a questão teórica de maneira mais clara – mas procurando, entretanto, evitar os riscos do didatismo fácil – poderíamos dizer que Marx elabora e sistematiza sua reflexão tentando entender alguns “porquês”. Pensemos em dois “porquês” essenciais à sua reflexão: a) o que conduz a que a vida social (isto é, o que é específico dos e intrínseco aos seres humanos) apareça para nós como derivando de algo de externo e de intangível, como se estivesse fora de nosso alcance? Através de que modalidades enrijecemos e externalizamos exatamente esse processo social que nos configura, a maneira pela qual somos realizados, construídos como seres humanos singulares, resultado de aprendizado e elo social? e b) o segundo interrogante está intimamente ligado ao primeiro: porque, na vida social contemporânea, quando aparentemente nos tornamos mais livres, esses elos históricos e sociais se crispam mais ainda e nos aparecem sob formas reificadas (coisificadas)? Assim se passa com o *dinheiro* (que é uma relação social fiduciária, a cristalização do ato

¹ Docente do Programa de Pós-graduação em História da UFF.

corriqueiro de estabelecer equivalências sociais entre inúmeras atividades laborais, resultante de uma extensa divisão social do trabalho), a *mercadoria* (cuja existência é necessariamente social, pois resulta da elaboração de objetos – palpáveis ou impalpáveis – que não se destinam ao uso do produtor, mas à sua alienação, à sua venda); o *capital* (que consiste numa forma social de existir onde, de um lado encontram-se grandes concentrações de recursos e, de outro, enormes contingentes populacionais desprovidos da possibilidade de assegurar sua existência de forma singular, familiar ou individualmente), e, finalmente, com o *Estado*, o qual, sendo de maneira evidente fruto da elaboração social, é concebido por muitos como entidade indispensável à própria sobrevivência humana, como um “pacto” insuperável... Por quais caminhos tais realidades sociais e históricas assumem essa aparência de necessidade intransponível e imutável, como se com eles a história se coagulasse e a humanidade não mais pudesse criar mundos diversos, como o fez até aqui?

No primeiro bloco de questões, Marx nos incita a analisar a *materialidade* e a *historicidade* da vida humana (e dizer que ela é social é uma redundância). No segundo, trata-se de entender concretamente porque, ao longo do processo histórico, construiu-se uma maneira de ser ao mesmo tempo portentosa e trágica, como o *capitalismo*. Portentosa, pois é capaz de drenar uma extensão de sobretrabalho como jamais conhecido anteriormente, criar uma enorme quantidade de objetos e de produtos, modificar profundamente a vida de todos, em toda a parte. Espalhou-se (a ferro e fogo) sobre o planeta e seu lado trágico repousa na desumanização da vida e, na atualidade, no risco crescente da própria destruição da espécie.

Nenhum desses interrogantes deriva única e exclusivamente de Marx, cujo mérito fundamental – e ele assim o explicita – é a junção entre os dois momentos, o que lhe permitiu evidenciar o fulcro do movimento, iluminando o ponto no qual se pode compreender o processo, a *luta de classes*, o tensionador fundamental entre a forma de existir e as maneiras de pensar a própria existência.

A interrogação sobre “porquês” em Marx não tem como intuito resolver os problemas, mas aprender a enxergá-los. Diferentemente de um conhecimento “fechado” que, ao definir um quadro conceitual ou um método explicativo, apresenta-se como encerrado, oferecendo, a priori, um molde explicativo, traduzido na “aplicação” de fórmulas, a partir de Marx aprendemos a trabalhar como se estivéssemos numa “plataforma de pensamento”, como um ponto de partida. Trata-se de avançar nela, de “saltar” a partir dela, de pensar com ela. A reflexão teórica deve suscitar sempre mais perguntas. Uma delas – o como – não pode encontrar respostas prévias, em Marx. Não há “como” isolado dos porquês e, a rigor, a cada vez que nos interrogamos sobre *como ocorreram determinados processos*, o princípio explicativo (o porque) deverá ser tensionado até seu limite mais extremo.

Voltemos ao tema do Estado. Marx recusou as características de Sujeito atribuídas ao Estado (calçadas na idéia de um Soberano). Essa concepção imagina o Estado como resultado de um

pacto terrível, mas necessário, e embasa o pensamento liberal. Paradoxalmente (mas nem tão surpreendente), se encontra na base também do pensamento conservador. Algumas reformulações dessa noção percebiam que o Estado não se explicava em si mesmo, não era “externo” às relações sociais, mas contribuíram para consolidar a suposição da existência de uma lógica estatal específica, supra-social: uma posição arbitral, distanciada da imediatividade das desigualdades sociais. Nesse viés, o Estado aparece como o gestor do “bem comum”, imbuído de uma Razão Superior, “pública”. Marx critica tal abordagem, porém destaca a percepção – importante – de que a prática, a convivência (o que chamariamos hoje de *habitus*) no Estado capitalista induz a suposição de uma neutralidade e segrega a produção de uma “vontade coletiva” nele encarnada. Esta “vontade coletiva” de fato se insinua, como apontou J.-J. Rousseau, está presente em germe, mas permanece limitada e castrada pela exigência da reprodução da dinâmica social dominante, capitalista, e a subsequente subalternização de classes. O *habitus* no Estado não é apenas o de uma “vontade geral” abstrata, mas o de uma formação, preparação da vontade, com vistas a assegurar a perpetuação das relações sociais dominantes (ainda que modificando-as para conservá-las). Este tema foi trabalhado, por exemplo, n’*A Ideologia alemã*. Ali, Marx recusaria, de maneira resoluta, formulações imediatistas, tais como a de que o Estado seria “o monopólio da coerção legítima”², concepção que carrega a suposição do Estado como um instrumento (um “objeto”, uma “coisa”) daqueles que nele se inscrutam. Essa formulação é verdadeira apenas em parte – não é apenas de violência direta que se trata, mas de violência de classes; a dominação não reside somente na coerção, mas também no convencimento, na organização da vida social, na formação das vontades e das sensibilidades.

Ao evidenciar o Estado como local de violência, mas de classes, a luta entre elas se explicita como o elemento central para o *porque* do Estado. Não é uma vontade descarnada de classe dominante que impera no Estado. Ele é o local central de uma dominação coletiva, que supõe atritos e tensões no interior das classes dominantes e, mais ainda, a tensão surda e permanente provocada pelos dominados.

A contribuição de Gramsci é rigorosa e inovadora. Podemos observar como, a partir da “plataforma” marxiana, Gramsci realiza o “salto”, incorpora os interrogantes principais e encara – de frente e não de viés – a questão crucial de seu tempo. Como ocorre esse duplo processo, simultâneo e tenso, de construção do Estado capitalista moderno, sob a pressão da conquista do sufrágio? Como se imbricam, na efetividade das instituições sociais concretas, a coerção e o convencimento? De que processos sociais derivam os Estados capitalistas; que efeitos institucionais, econômicos (repartição e distribuição de recursos), políticos (através de que instrumentos

² Essa expressão é de Max Weber e, portanto, posterior a Marx. Não obstante, o fulcro dessa concepção já está presente desde Hobbes.

organizativos) produzem; que formas de consciência, de cultura, de maneiras de ver o mundo tensionam sua base? Como as lutas sociais, os enormes esforços empreendidos de organização dos subalternos produzem efeitos reais (conquistas sociais), mas produzem também modalidades modificadas de subalternização? De que maneira as lutas intra-classes, isto é, as lutas entre os diferentes setores das classes dominantes impelem à incorporação subalterna de alguns setores dominados? De que maneira, ainda, as lutas populares podem ser convertidas em formas subalternas?

Ao enfatizar o papel das lutas de classes também no terreno da construção da institucionalidade dita “democrática”, Gramsci permite entrever como uma das mais eficazes formas de convencimento é a da aceitação das demandas populares de participação, convertidas em gestão (ainda que subalternizada) do próprio Estado. Essa “ampliação” e incorporação subalternizada é chamada por muitos de “democracia”. Essa é uma definição redutora, pois implica castrar as reivindicações democráticas de sua radicalidade. A participação política, entretanto, como lembrou Poulantzas, ainda que subalternizada, gera efeitos reais.

No Brasil, já há diversos estudos e pesquisas que tratam desse tema com a complexidade que ele exige, interrogando os processos históricos (o “como”), mas revestindo-os de uma efetiva historicidade (os porquês). Já existe uma significativa quantidade de trabalhos relevantes, e este simpósio é a prova. Limitarei meus comentários às pesquisas de Sonia Mendonça e de Lucia Neves. Sonia é, sem exagero, a mais importante historiadora de minha geração e um dos pilares do Grupo de Pesquisa “Estado e Poder no Brasil”. Lucia Neves coordena o Coletivo de Estudos sobre Política Educacional. Ambas realizam importante aporte historiográfico sobre a configuração do Estado brasileiro, tanto no sentido mais teórico do termo quanto no das pesquisas sobre o Brasil contemporâneo.

Em primeiro lugar, ambas as autoras recolocam a questão da teoria como central para a da inteligibilidade dos processos históricos brasileiros. Fogem, assim, à redução da teoria a uma “caixa de ferramentas”, no interior da qual se pinça utensílios técnicos (conceitos e categorias) e, mecanicamente, realiza-se sua aplicação. Esse último procedimento, muito difundido em todas as latitudes teóricas (e não apenas no campo do marxismo) expressa uma dormência intelectual, que se limita a repetir, para outros temas, períodos e países, exatamente o mesmo ferramental empregado alhures. Tal prática se torna ainda mais corriqueira à medida que a universidade se expande, sob condições de extrema concorrência e escassez de tempo e recursos. Retoma-se infinitamente uma mesma “metodologia” ou “técnica” de pesquisa, reforçando modismos que, a cada vez, têm menor duração. Tanto para Mendonça quanto para Neves, ao contrário, a teoria ocupa o papel de tensionadora e questionadora das relações reais que se travam na vida social. Menos do que uma “facilitadora”, a teoria torna-se uma instigadora, um fermento que impulsiona e exige o aprofundamento do trabalho, a

ampliação da pesquisa, o retorno atento à conjunção entre as diferentes formas que reveste a construção do Estado brasileiro, jamais perdendo de vista sua conexão com as diferentes frações de classe que permitem apreendê-lo.

O segundo ponto de união entre suas pesquisas reside na ênfase sobre a composição e a organização dos setores dominantes, evidenciando sua articulação com o Estado. Ambas afastam-se de algumas tendências de cunho “angelical” que, por estudarem os setores populares acreditam que, assim, asseguram sua legitimação junto a tais setores. Ora, não é o tema ou o objeto que define a inserção social do pesquisador (e sua postura), mas a maneira de analisá-lo. Do ponto de vista de uma reflexão crítica, o fundamental permanece manter-se capaz de averiguar as modalidades através das quais se desenvolvem as lutas sociais (as lutas de classes) e, para tanto, é preciso levar em consideração que elas se desenvolvem sob a dominação capitalista e sob determinadas condições políticas. Trata-se, sem perder o horizonte teórico, de identificar as especificidades de que se reveste a dominação capitalista no Brasil e as maneiras nuançadas de definir, de agenciar e de organizar os interesses de cada fração de classe. Ousam averiguar como tais classes e frações se incrustam no Estado, produzindo, a partir dali, práticas generalizadas, aparentemente desconectadas de qualquer “interesse”. Ousam, portanto, mostrar o duplo processo, o da coerção ao lado do convencimento, quando o predomínio de uma certa tendência torna-se uma *nacionalização dos interesses de setores do capital através do Estado*.

O terceiro ponto em comum é a referência a Gramsci, em especial sua formulação sobre a ampliação do Estado contemporâneo, central em ambas as pesquisadoras. Mantendo-se no terreno das interrogações formuladas por Marx, das quais Gramsci não apenas participa, mas aprofunda, colocam em evidência exatamente *como* se realiza – com agentes concretos, projetos efetivos e organizações reais – essa ampliação do Estado brasileiro em direção à incorporação de segmentos da sociedade civil, de cunho fortemente empresarial, que asseguram a disseminação de interesses particulares, travestidos agora de interesse geral e formulados a partir do Estado. Aqui intervêm também diferenças entre os trabalhos, uma vez que os objetos, os períodos e os recortes são distintos.

Sonia Mendonça realizou cuidadosa pesquisa sobre os “setores ‘dominados’ da classe dominante agrária” no Brasil, consorciados desde o século XIX na Sociedade Nacional de Agricultura (SNA). Trabalho de longo fôlego constitui uma referência fundamental para a compreensão dos mecanismos de organização do Estado brasileiro durante toda a República. A gama de questões – e de horizontes de pesquisa – que inaugurou é enorme e extrapola os limites dessa apresentação. Apontaremos alguns poucos itens – mas centrais – no âmbito do Estado. No livro *O Ruralismo brasileiro (1888-1931)* (SP, Hucitec, 1997) apontou como, precocemente, setores considerados como “atrasados” pela historiografia dominante, organizaram-se em aparelhos privados de hegemonia, estabeleceram

uma pedagogia própria e agências para sua difusão e, finalmente, penetraram no Estado, capacitando-se a disseminar suas reivindicações específicas, transpostas como “fala nacional”. Conseguiram a instauração de um ministério – o Ministério da Agricultura, da Indústria e do Comércio – o qual, ainda que dispo de recursos menores do que os atribuídos aos grupos cafeicultores, ‘dominantes-dominantes’ (Convênio de Taubaté), os capacitaria a “nacionalizar” temas caros a esses grupos e a institucionalizar certos procedimentos, naturalizando-os. Acompanhando a trajetória social e institucional desses grupos, analisou a implantação dos mais importantes cursos superiores de Agronomia no país. Nos dois casos, fundaram faculdades públicas, uma em Piracicaba (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz-ESALQ), de âmbito estadual, e a outra em Seropédica, no Rio de Janeiro, de âmbito federal (Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, ESAMV, atualmente Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ). Mendonça demonstra de maneira rigorosa como cada uma dessas instituições respondia aos interesses dos dois grandes setores agrários em disputa, cada qual implantando um tipo específico de formação, voltado para uma clientela peculiar e produzindo uma modalidade de conhecimento adequado aos seus interesses. Acompanhamos, assim, a formação intra-classe dominante. Sem perder de vista o papel que tais instituições ocupam no Estado e para o Estado – posto que são instituições públicas – demonstra como sua instauração derivou da conexão entre a organização de entidades de classe e de sua penetração no Estado, que se amplia para incorporá-las. Vai ainda além e, ao acompanhar sua prática pedagógica – sempre no sentido atribuído por Gramsci – identifica seu papel de classe também quando se voltam para a formação da mão de obra, tanto em sua parte técnica quanto em seu papel disseminador de formas de pensar e de gerenciar. Na seqüência, Mendonça pesquisou as políticas de cooperativização agrícola, mostrando como o Estado alinhava-se de forma tensa à defesa dos interesses patronais, procurando organizar diretamente os setores subalternos, assim como educar a mão de obra de que necessitavam⁵. Em trabalho recente, acompanha os desdobramentos dos embates entre as frações das dominantes rurais no Brasil, apontando para sua crescente “urbanização” e financeirização⁴.

Ressalte-se que, ao acompanhar de perto a trajetória de uma fração da classe dominante, suas organizações e sua inserção no Estado, Mendonça produziu uma metodologia original de pesquisa, associando as grandes contribuições de Gramsci ao refinamento técnico de Pierre Bourdieu, o que lhe permitiu analisar de forma arguta as disputas internas entre as frações da mesma classe de grandes proprietários rurais, ao mesmo tempo em que evidenciava a construção de um

⁵ MENDONÇA, Sonia Regina de. *A política de cooperativização agrícola do Estado brasileiro (1910-1945)*. Niterói, Eduff, 2002.

⁴ MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e representação patronal na agricultura brasileira: o caso SNA*. Relatório final de pesquisa ao CNPq, Niterói, mimeo, 2005.

“campo” rural ou ruralista (ao qual todos pertenciam), que se distinguem por práticas e formas de sociabilidade diferenciadas (*habitus*).

Lucia Neves, originária da área de Educação, enfatiza fortemente a questão pedagógica presente em Gramsci. Não há, porém, uma redução da pedagogia às atitudes em sala de aula. Ela está referida à grande política, incorporando o sentido da *formação de consensos, da educação social para o consenso*, educação que garante e consolida o processo de dominação de classes. Assim, Neves inova nas pesquisas de cunho educacional tanto pela abordagem quanto pelo objeto, ao recortar o papel da sociedade civil (os aparelhos privados de hegemonia) na configuração das políticas públicas no Brasil⁵. Aprofunda essa dimensão em obra coletiva na qual diversos autores mapeiam o processo de empresariamento da educação, analisando o crescimento do papel de entidades da sociedade civil de cunho patronal na formulação das políticas governamentais voltadas para a universidade⁶. Finalmente, em livro recente, também coletivo⁷, centra a pesquisa diretamente sobre os aparelhos privados de hegemonia de cunho patronal e empresarial, analisando sua expansão na década de 1990 no Brasil e o papel crucial que desempenharam tanto na reforma do Estado realizada no governo Fernando Henrique Cardoso, quanto na disseminação de formas de organização voltadas para o apagamento da reflexão crítica (aparelhos privados de hegemonia).

Não obstante a fertilidade e a densidade dessas direções de pesquisa, elas não são majoritárias. Devemos ainda fazer frente a muitos desafios. Em primeiro lugar, às concepções dominantes, de cunho quase esquizofrênico, bem ilustrado pela tirada humorística de Wanderley Guilherme dos Santos de um “Leviatã paralisado”. A rigor essa tirada coliga duas formulações teoricamente similares, num movimento contraditório. Tanto a imagem do Estado como sendo um Leviatã, como sua eventual fragilidade “paralítica” remetem a uma mesma suposição: a da necessidade do Estado como algo que corresponderia às exigências da natureza humana, a ser necessariamente corrigida pela força (pela lei). Os atributos, ou os adjetivos – força e fraqueza – são esgrimidos do mesmo ponto de vista.

Uma boa parte dos historiadores brasileiros – e que constituíram referências de leitura para diferentes gerações – enfatizou o Estado no Brasil como algo acima e separado, como uma entidade peculiar, extremamente forte e violenta, e que teria, por essas características, papel proeminente em nossa história. Gerações de historiadores, formados a partir da leitura, por exemplo, de Raymundo Faoro⁸ e potencializados por Simon Schwartzman⁹, atribuíram o papel

⁵ NEVES, Lucia M. W. *Educação e política no Brasil de hoje*. 2ª ed., SP, Cortez, 1999.

⁶ NEVES, Lucia M. W. (org). *O empresariamento da educação*. SP: Xamã, 2002.

⁷ NEVES, Lucia M. W. (org). *A nova pedagogia da hegemonia. Estratégias burguesas para a educação do consenso*. SP: Xamã, 2005.

⁸ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. 4ª ed., Porto Alegre, O Globo, 1977.

⁹ SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

central da vida social brasileira ao protagonismo do Estado, visto como o mais imponente dos Leviatãs. Podemos ler, em Faoro:

"A longa caminhada dos séculos na história de Portugal e do Brasil mostra que a *independência sobranceira do Estado* sobre a nação não é a exceção de certos períodos, nem o estágio, o degrau para alcançar outro degrau, previamente visualizado. (...) O estamento burocrático, fundado no sistema patrimonial do capitalismo politicamente orientado, adquiriu o conteúdo aristocrático, da nobreza da toga e do título. A pressão da ideologia liberal e democrática não quebrou, nem diluiu, nem desfez o patronato político sobre a nação, impenetrável ao poder majoritário, mesmo na transação aristocrático-plebéia do elitismo moderno"¹⁰.

Com Simon Schwartzman, essa tese seria retomada, ligeiramente reformulada e reforçada:

"... o Brasil herdou um sistema político que não funciona como 'representante' ou 'agente' de grupos ou classes sociais determinados, mas que tem uma dinâmica própria e independente (...) Não se trata de afirmar que, no Brasil, o Estado é tudo e a sociedade nada. O que se trata é de entender os padrões de relacionamento entre Estado e sociedade, que no Brasil tem se caracterizado, através dos séculos, por uma burocracia estatal pesada, *todo-poderosa*, mas *ineficiente e pouco ágil*, e uma *sociedade acovardada*, submetida mas, por isto mesmo, fugidia e frequentemente rebelde."¹¹

O Leviatã, pela pena desses autores, adquire vida própria, isola-se e, dessa posição, conformaria o processo histórico. As lutas sociais permanecem fora da efetividade histórica, da mesma forma que os setores dominantes tornam-se, eles também, vitimados. O Leviatã a tudo subordina e define. As classes sociais – tanto as dominantes quanto as dominadas, em seus múltiplos conflitos – permanecem fora da história. Estado e sociedade são apresentados por Schwartzman como entidades contrapostas, com dinâmicas e lógicas distintas. Não há classes nem luta social – haveria apenas descompasso, deslocada a luta para a contraposição entre Estado potente e uma sociedade homogeneamente silenciada. Não por acaso essa imagem seria retomada pela FIESP diversas vezes...

Este Estado todo-poderoso é, paradoxalmente, apresentado como frágil e incompleto. A entificação das relações sociais corresponde exatamente a isso – a elaborar intelectualmente uma "coisa" (o Estado-coisa) – e a solicitar dessa coisa idealizada que *faça a história*. É dessa forma que esse Estado-fortaleza é sempre tendencialmente

apresentado como incapaz. As contradições emergem então como se fossem "paradoxos nacionais". Supostamente incapaz de incorporar (o Estado brasileiro é apresentado como não integrador, não incorporador), esse Estado porejaria "benesses" e "privilégios", difundindo apenas mitos, como o da democracia racial e o da nacionalidade calcada no futebol e no carnaval. Supostamente incapaz de controlar e reprimir, pois a violência se dissemina pela vida social, seus arautos se apressam a solicitar ainda mais repressão (de preferência a ser aplicada seletivamente sobre determinados segmentos sociais). Supostamente incapaz de defender os "interesses nacionais", pois estes deveriam ser definidos unicamente pelos setores "competentes". Nas duas pontas, a da paralisia e a do Leviatã, o Estado é apresentado como o "sujeito" por excelência da ação e, assim se apagam os efetivos sujeitos, sua lutas e suas disputas.

De fato, o Estado brasileiro é especialmente violento, arbitrário e truculento e, ao mesmo tempo, parece conter o sabor adocicado de promessa permanente. Essa contradição foi magistralmente registrada por Chico Buarque e Ruy Guerra:

"No fundo, eu sou um sentimental / Todos nós herdamos no sangue lusitano uma boa dose de lirismo / (além da sífilis, é claro) / Mesmo quando minhas mãos estão ocupadas em torturar, esganar, trucidar / Meu coração fecha os olhos e sinceramente chora..."¹²

A linguagem poética, entretanto, eivada de referências à ditadura militar que perdurou de 1964 a 1989, não deve levar a supor que as características do Estado brasileiro derivem dele mesmo, como marca genética, ou de algum elemento de cunho atávico, necessário e insuperável. Suas características ligam-se a uma complexa - e cambiante - formação histórica na qual a incorporação permanente dos elementos mais performáticos da última conquista internacional (tecnológica ou cultural) se apoiou classicamente sobre uma base larguíssima de formas variadas de extração de sobretrabalho as quais, muito díspares entre si, encontram um ponto crucial em comum – a manutenção da subalternidade de um conjunto aparentemente incongruente de tipos e regimes de trabalho. Em palavras mais diretas, o limite das desavenças entre os setores dominantes no Brasil é sua capacidade proteiforme de incorporar seletivamente, inclusive através do Estado, segmentos dessa extensa base social difusa, de contar com seu apoio (ou sua omissão) para o exercício de formas naturalizadas de violência (aberta e/ou simbólica) contra os "recalcitrantes" e, portanto, de conter as diferentes formas de luta elaboradas pelos subalternos. É somente na articulação entre o chão social da exploração e as formas de organização dos aparelhos privados de hegemonia, de suas formas próprias de convencimento que transbordam para o Estado como

¹⁰ FAORO, *op. cit.*, v. 2, p. 747-8, grifos meus, VF.

¹¹ SCHWARTZMAN, *op. cit.*, p. 14, grifos meus, VF.

¹² Ruy Guerra e Chico Buarque, *Fado Tropical*. A parte entre parênteses foi proibida pela censura. ©Copyright 1973 Cara Nova Editora Musical Ltda.

“convencimento” de todos (e do uso do aparato coercitivo), que encontramos uma base sólida para pensar o Estado.

O segundo ponto do desafio é mais moderno. Alguns historiadores contemporâneos vêm fazendo percurso peculiar, como uma espécie de avesso da dicotomia que consumia seus antecessores. Denunciando a todos os que lhes antecedem como “estatistas”, abandonam agora a reflexão teórica em torno do Estado no Brasil. Caudatários de longos e importantes debates intelectuais travados nas décadas de 1970 e 1980 sobre a formação das classes sociais, sobre a consciência dos trabalhadores, sobre a íntima conexão entre Estado e as formas da organização da vida cotidiana, retomam o tema e a análise de períodos anteriormente trabalhados para, entretanto, apenas inverter os termos. Vejamos, por exemplo, o recente trabalho de J. Ferreira¹³. O objetivo principal do artigo é defender – valorativamente – o *trabalhismo* varguista como a expressão efetiva dos trabalhadores brasileiros no período 1945-64, recusando assim o termo “populismo”.

Enquanto autores como Faoro e Schwartzman, que mencionamos acima, criticavam a institucionalidade com base num eixo teórico que “substantivava” o Estado enquanto reduzia o papel da sociedade, Ferreira parte dos mesmos pressupostos, mas agora indica a aceitação plena dessa mesma institucionalidade, invertendo os pólos do problema: não haveria uma sociedade “boa” à qual se contraporía um Estado “mau”, mas uma sociedade tão má quanto o Estado, uma sociedade *cúmplice* do Estado¹⁴. Como antes, entidades (Estado e Sociedade) se contrapõem, mas agora espelhadas uma na outra.

Antes, as classes não teriam efeitos sobre o Estado. Agora, a teoria desaparece sob o peso de uma história que retorna ao tradicional trilha descritivo e, nessa antiguidade rediviva (pois remonta aos primórdios da profissão dos historiadores, que proclamavam ser seu papel apenas descrever), esfumam-se as classes sociais e o próprio Estado. Antes como depois, o mundo efetivo no qual se produziram multidões de expropriados urbanos, no qual se realiza dia a dia a extração de sobretrabalho sob formas as mais variadas, permanece cuidadosamente do lado de fora.

Desaparece o “chão” social a partir do qual é possível, para Gramsci, compreender o Estado contemporâneo. Em Gramsci se evidencia o Estado como relação social *de classes* – isto é, como um aparelho de coerção e de convencimento atravessado pelas lutas de classe, através de formas organizativas complexas, produtoras de vontade coletiva. Retirada a densidade teórica original, resta um Estado apresentado como se fosse uma Entidade “negociadora”, um “sujeito” barganhando num balcão de mercado: “...tratou-se de uma *relação*, em que as partes, Estado e classe trabalhadora, identificaram interesses comuns”¹⁵. Procurando diferenciar-se dos “estatistas” anteriores, que

se queixavam do peso do Estado, esse tipo de trabalho procura justificar e legitimar as políticas de Estado – em especial, o populismo – apresentadas agora como se resultassem do “desejo dos trabalhadores” ou, se não tanto, como o máximo a que conseguiram aspirar. O resultado acaba tendo um certo aroma de Pangloss, como diria Voltaire, em *Cândido*: o mundo assim como está (ou estava) é (ou era) o melhor mundo possível...

O enfoque cultural é utilizado para fazer desaparecer as fissuras e as tensões que remetem às classes sociais, diluídas numa exacerbação de citações de pequenas perversidades singulares (os delatores, os racistas, os “trabalhadores”, as “élites”, tomados todos genericamente como “pessoas comuns”). Para tais comportamentos não há explicação social, mas a aceitação submissa de uma singularização inexplicável. As contradições desaparecem, deixam de ser sociais, isto é, organizadas e compreensíveis segundo um padrão social de reprodução dominante e passam a ser a expressão dos desencontros de cada momento. Apoiando-se em citação de R. Chartier, Ferreira substitui a tensão entre o mundo vivido e o mundo pensado por formas de incompreensão mais ou menos aleatórias, maneiras de deformar ou modificar as formulações dominantes¹⁶, estas sempre intencionais. Isso é, aliás, peculiar: as elites aparecem, no texto, sempre conscientes de seus intuitos, enquanto aos demais resta uma espécie de acomodação dentro do “possível”. A tensão entre a experiência real e a explicação desse mesmo mundo (sob o qual todos convivemos) reduz-se a deturpações e reformulações, vivência concebida como incapaz de produzir uma *outra* percepção do mundo. A norma torna-se, assim, condição necessária e desejável de percepção do mundo, aberta no máximo a *reformulações* ou a *erros*, e jamais ensejando a produção de um conhecimento capaz de enfrentar essa totalidade contraditória, compreende-la e procurar transformá-la. Ora, um conhecimento desse tipo só é possível exatamente pelo exame e explicitação dessas contradições (e lutas) nas quais a sociedade se debate. Não se trata, porém, de uma embate a esmo, mas estruturado exatamente pelas formas de extração de sobretrabalho e não apenas por “virtudes” ou “vícios” desse ou daquele personagem... Essa questão, exatamente a que está no cerne da reflexão sobre as classes sociais e sobre o Estado, permanecerá fora do alcance de nossos “novos” historiadores.

A concepção de ideologia também é simplificada e, longe da tensão que introduz (como sugere Marx), por expressar a “forma de ser dominante”, torna-se um maneirismo intelectual exteriorizado (uma maneira de falar do mundo) ou uma expressão singularizada de afeto ou desafeição: “A ‘ideologia dominante’ de uma sociedade não é tão dominante quanto se pensava”¹⁷.

¹³ Segundo a citação de Chartier, a percepção popular seria fruto de um “espaço entre a norma e o vivido, entre a injunção e a prática, entre o sentido visado e sentido produzido, um espaço onde podem insinuar-se *reformulações* e *deturpações*” CHARTIER, Roger “Cultura popular”: revisitando um conceito historiográfico. *Estudos Históricos*, n. 16. Rio de Janeiro, FGV, 1995, p. 182. Apud Ferreira, J. *op. cit.*, p.100. grifos meus, VF.

¹⁷ *Id.*, *Ibidem.*, p. 98.

¹³ FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira”, in: *O populismo e sua história*. Rio, Civilização Brasileira, 2001.

¹⁴ *Idem*, p. 95.

¹⁵ *Idem*, p. 103.

O Estado, a rigor, desaparece em sua “cumplicidade” com a vida social. Torna-se apenas o resultado imediato de decisões de homens no governo e, desde que salvaguardadas as instituições representativas, é considerado como incontestável. Essa leitura não se preocupa em engendrar sentido histórico nem social, embora esteja profundamente engajada em reabilitar o trabalhismo. Separa-o quase que cirurgicamente das complexas concatenações que o ligaram às formas de dominação de classes. As evidências imediatas são apresentadas como se fossem necessidades. Da objetividade reificada do Estado chega-se à uma individualização factual apresentada como se fosse... subjetividade.

Observa-se assim que a mera inversão de uma concepção “entificada” do Estado em nada altera sua compreensão. As duas faces da moeda constituem sempre a mesma moeda. De um lado, na trilha de um pensamento calcado no Leviatã, a história dependeria do próprio estado, “ente” peculiar. Essa versão foi tão dominante que impregnou também autores de outros campos teóricos. Apesar de procurarem se situar em campo oposto, autores marxistas derivaram muitas vezes, de forma mecânica, a forma, o conteúdo e suas modalidades de construção histórica do Estado brasileiro de seu “porquê” – a dominação de classe. Permaneciam no mesmo terreno.

Do outro lado da moeda, o desaparecimento das classes em nome da “classe possível” (ou de sua imediaticidade empírica) corresponde à idealização das formas de dominação impostas - à força e pelo convencimento. Se, no primeiro âmbito, a percepção do Estado como “coisa que se torna sujeito” leva a apagar a existência das classes, nesse segundo âmbito a diluição do Estado apeça para os conflitos imediatos mas desaparece, num passe de mágica, a existência das classes sociais, assim como o seu papel no processo histórico. Na primeira leitura, o Leviatã, forte ou paralítico. Na segunda leitura, as formas múltiplas de repressão, aliás, sequer são mencionadas. Se são “aceitas” e reconhecidas pelos “subalternos”, tornam-se, assim... “legítimas”! Esse procedimento vinha sendo exaustivamente utilizado para períodos precedentes na nossa história – sobretudo quanto à escravidão, reabilitando-a, como lembrou Jacob Gorender – e, agora, começa a disseminar-se também para o período republicano.

A reflexão sobre os conflitos sociais, ao se descolar dos fundamentos da exploração e da dominação - portanto, do ponto (por vezes cego) em torno do qual orbitam as lutas sociais - torna o Estado uma entidade tão abstrata quanto a formulação do Leviatã.

Estamos vivendo tempos complexos... Certas inflexões historiográficas não se descolam das condições nas quais emergem. A defesa de um certo tipo de populismo ocorre no mesmo período em que demandas substantivas de ampliação de franquias democráticas encontram barreiras interpostas pela “qualificação da participação”. Desde o bloqueio às reivindicações à participação plena de estudantes na gestão da vida universitária, como ocorreu no Departamento de História da UFF ao longo de 2003, até pequenos incidentes de greve,

nos quais se naturaliza a presença da Polícia Militar em campus universitário (em 2005), instaura-se não apenas a aceitação do real como o necessário, mas constroem-se as estratégias de sua justificação. Como no século XIX, a desordem, a barbárie, a truculência são apresentados como atributos dos movimentos sociais, enquanto a ordem, a civildade, o “debate ponderado” das mentes qualificadas demandam garantias através da violência efetiva (policial ou jurídica) e simbólica (a cada qual, seu lugar).

O surpreendente silêncio sobre o Estado ocorre exatamente quando estamos diante de uma inaudita expansão do Estado capitalista no Brasil, agora “sarado”, como diz a nova gíria das academias de moldagem de corpos, tão na moda. Estado “sarado”, pois podado das “gorduras” que resultavam de conquistas populares, ainda que subalternas e subalternizadas e, assim, potencializado como violência efetiva e simbólica, fortemente apoiado em agências empresariais com base nacional e internacional. A cada vez mais, como já havia assinalado Gramsci, aparelhos privados de hegemonia se imbricam intimamente no Estado. Estão, como já havia assinalado René Dreifuss, em seus magistrais trabalhos, difundidos na sociedade brasileira, mas não de forma homogênea. Dispõem de recursos diferenciados... Respondem - na atualidade - a um intenso processo de *empresariamento da participação social*, mas não emergem somente nos dias de hoje. A tendência, já clássica no Brasil, de criminalização dos movimentos sociais contestadores da ordem dominante parece se agudizar, amplificada por meios de convencimento parcamente “democráticos”, como as mídias e as academias. Esse papel não é cumprido apenas pelos partidos da ordem (partidos oficiais ou “partidos”, como Gramsci denominava a imprensa, que hoje transborda para o conjunto das mídias), mas também através de recursos solicitamente dirigidos àqueles que aceitem legitimar essa ordem, ainda que subalternamente. Em nome do “novo” e da “novidade”, rapidamente se adotam leituras que esquecem de perguntar os *porquês* e permanecem no terreno de alguns *comos* mais evidentes ou na aplicação de fórmulas facilitadoras, de descrições legitimadoras.

Não temos tempo a perder com leituras simplificadoras e simplistas e precisamos do rigor e da qualidade que, com certeza, este Simpósio e o trabalho de vocês vem contribuindo para formar. Problematizar o Estado e a historiografia, hoje, adquire a envergadura de uma luta intelectual e moral, como queria Gramsci e remete diretamente às formas de organização da sociedade civil, aos aparelhos privados de hegemonia – inclusive acadêmicos – com os quais estamos convivendo.